



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 356***

*de 18 de outubro de 2000*

### **"Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2001, e dá outras providências."**

*O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI.*

#### ***Capítulo I.***

##### ***DAS DIRETRIZES GERAIS***

###### ***Art. 1º..***

*Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para elaboração dos Orçamentos Anuais do Município, relativos ao exercício de 2001, observado o disposto nos artigos 18 e 63 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e subsequentes, no que couber, compreendendo em especial:*

###### ***I.***

*as diretrizes gerais para a elaboração dos Orçamentos Anuais do Município e suas alterações;*

###### ***II.***

*as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;*

###### ***III.***

*as Diretrizes dos Orçamentárias específicas relativas ao Poder Legislativo;*

###### ***IV.***

*as Diretrizes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;*

**V.**

*as disposições sobre alterações na Legislação Tributária Municipal;*

**VI.**

*as diretrizes específicas dos Orçamentos das Administrações Indiretas;*

**VII.**

*a organização e estrutura das Leis Orçamentárias Anuais;*

**VIII.**

*as disposições gerais e de caráter supletivo sobre a execução dos Orçamentos Anuais;*

**IX.**

*as Diretrizes dos Orçamentos de Investimentos:*

**X.**

*as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais.*

**Art. 2º..**

*No Projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas e despesas serão orçadas de acordo com a variação monetária prevista para o exercício de sua vigência, levando-se em consideração os índices de crescimentos do último exercício, as tendências de recursos para aquele ano, os serviços públicos necessários e, inclusive, as revisões tributárias decorrentes da legislação a vigorar naquele exercício e a Legislação Federal superveniente.*

**Parágrafo único. .**

*A Lei Orçamentária Anual estimará os valores da receita e fixará os valores das despesas de acordo com a variação de preços previstas para o exercício de sua vigência observadas as disposições da Lei Federal 4.320/64, Lei Complementar Federal n.º 101/2000 e demais legislação superveniente.*

### **Art. 3º..**

*As despesas obedecerão as prioridades expressamente estabelecidas e especificadas na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual de Investimentos do Município, observadas as restrições regulamentares e as limitações constitucional e infra constitucionalmente determinadas.*

### **Art. 4º..**

*A Lei Orçamentária Anual bem como suas alterações, não destinará recursos para execução direta, pela Administração Pública Municipal de projetos e atividades típicos das administrações Estadual e Federal, ressalvados os concernentes a despesas previstas em convênios e acordos com órgãos dessas esferas de governo.*

#### **1º.**

*A despesa com cooperação técnica e financeira ou contrapartidas em convênios e acordos, far-se-á em categoria de programação específica, classificada exclusivamente como transferência intergovernamental, ou nas dotações próprias se o patrimônio for conduzido ao acervo municipal.*

#### **2º.**

*Os convênios que destinarem recursos para obras, benfeitorias e reformas em prédios que não sejam de propriedade e domínio do Município, terão execução extraorçamentária.*

### **Art. 5º..**

*Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes suficientes de recursos, de conformidade com as normas gerais estabelecidas pela Legislação Federal pertinente em especial a Lei Complementar Federal n.º 101/2000.*

## **Capítulo II.**

### **DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO ANUAL**

## **Seção I.**

### **DAS DIRETRIZES COMUNS**

#### **Art. 6º..**

*O Orçamento Anual abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo do Município, seus Fundos, bem como os órgãos e entidades da administrações direta e indireta instituídos por Leis.*

#### **1º.**

*A elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Legislativo far-se-á dentro dos limites estabelecidos pela a Emenda Constitucional n.º 25 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal no que for aplicável, não excedendo a 8% (oito por cento) do total das receitas tributárias e transferências constitucionais previstas no § 5 do art. 153 e art. 158 e art. 159 da Constituição Federal.*

#### **2º.**

*O Poder Executivo colocará a disposição do Legislativo, no mínimo 30 dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas Orçamentárias, os estudos e as estimativas das Receitas para o exercício subsequente, inclusive da Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo.*

#### **Art. 7º..**

*O montante das despesas do Orçamento Anual não poderá ser superior ao total das receitas previstas.*

#### **Art. 8º..**

*Para efeito do disposto no art. 169, § Único, da Constituição Federal e na Emenda Constitucional n.º 25, fica estabelecido que as despesas com pessoal e encargos sociais respeitarão o limite estabelecido no artigo 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e na Lei Complementar Superveniente.*

### **Parágrafo único. .**

*A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual á Câmara Municipal, será acompanhada de exposição circunstanciada sobre as metas e prioridades da Administração Municipal, bem como da demonstração sucinta das despesas com pessoal e os encargos sociais decorrentes, as dívidas a curto e longo prazo e o valor consignado para o Poder Legislativo Municipal, através dos Anexos exigidos pela Legislação Federal aplicável, considerado no entanto o disposto no art. 63 da Lei Complementar n.º 101/2000.*

### **Art. 9º..**

*Fica autorizada a realização de concurso público para todos os poderes, desde que:*

### **Parágrafo único. .**

*Sejam para suprir deficiências de mão-de-obra ou ampliação de serviços básicas do Município, observando os limites estabelecidos na Lei Complementar n.º 101/00.*

### **Art. 10.**

*As despesas com o custeio administrativo e operacional deverão, enquadrar-se à variação do índice oficial de inflação em relação aos créditos e realizações correspondentes no orçamento do exercício de sua vigência, salvo no caso de comprovada insuficiência, decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade, ou de novas atribuições instituídas no decorrer do exercício de 2.001, no que couber.*

### **Parágrafo único. .**

*Para efeito de cálculo, excluem-se do disposto neste artigo as despesas indicadas no artigo 8, desta lei.*

## **Art. 11.**

*É vedada a inclusão na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município, para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas as creches e escolas para o atendimento pré-escolar, ensino fundamental ou especial a cargo do Município e auxílios à universitários cuja renda seja insuficiente para custear seus estudos ou locomoções.*

## **Art. 12.**

*Ao Município compete a arrecadação de todos os tributos instituídos e determinados nas Constituições Federal e Estadual vigentes e na Lei Orgânica do Município, bem como a aplicação de suas rendas.*

## **Art. 13.**

*A previsão da receita tributária municipal, não poderá ser inferior a 3% (três por cento) do total das receitas orçamentárias, exclusive as decorrentes de operações de créditos, possibilitando ao Município firmar convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com a União, com o Estado e com outros Municípios, com vistas à implementação dos serviços e o bem estar da coletividade.*

## **Art. 14.**

*É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações, de dotações a título de subvenções sociais para entidades públicas federais, estaduais e municipais, inclusive fundações mantidas pelo poder público, ressalvadas as destinações para atendimento das ações de assistência social, educacional e cultural ou de incentivo ao desenvolvimento agropecuário, industrial e comercial e do turismo no Município, quando se tratar atividades de interesse da Municipalidade.*

## **Parágrafo único. .**

*A inclusão na Lei Orçamentária Anual de dotações para transferências de recursos a entidades privadas, sem fins lucrativos, poderá ocorrer desde que estas comprovem:*

**I.**

*serem consideradas de utilidade pública municipal, estadual ou federal;*

**II.**

*atenderem ao disposto no artigo 61, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal;*

**III.**

*sejam vinculadas a organismos internacionais autorizados a exercerem atividades no território nacional, quando for o caso; e*

**IV.**

*desenvolvam ações de relevante interesse para a coletividade local ou sul-mato-grossense.*

**Art. 15.**

*As receitas próprias de órgãos, fundos, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão programadas para atenderem, preferencialmente e respeitadas as peculiaridades de cada um, gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartida à financiamentos e outros necessários para sua manutenção ou investimentos prioritários, bem como a racionalização das despesas e obtenção de ganhos de produtividade, no que couber, e os benefícios do Serviço de Previdência Municipal.*

**Seção II.**

**DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL**

**Art. 16.**

*Na fixação das despesas anuais serão observadas as seguintes prioridades:*

**I.**

*na elaboração da proposta orçamentária, a Secretaria Municipal de Finanças ouvirá, através dos órgãos municipais competentes, a coletividade, sobre as prioridades de contemplação de dotações para projetos, obras e serviços de interesse do Município, relacionados especialmente ao desenvolvimento regional, à educação, à cultura, aos tributos sócio-econômicos e outros influentes, de conformidade com as disposições e rubricas instituídas pela Portaria n.º 042/99, do Exmo. Sr. Ministro de Estado do Orçamento e Gestão e demais regulamentação complementar pertinente;*

**II.**

*as dotações à conta dos recursos orçamentários destinados às despesas de capital, observarão a participação relativa de até 30% (trinta por cento) sobre o total das despesas orçadas, priorizado, no que couber, o saneamento básico, educação, cultura, saúde, assistência, previdência, agricultura, e abastecimento, transportes, indústria, comércio, turismo, urbanismo, habitação e meio ambiente, dentro das possibilidades do Erário Municipal;*

**III.**

*as despesas com a Função Programática Educacional e Cultura, conforme preceitua o artigo 212 da Constituição Federal, serão fixadas sob o índice de 25% (vinte e cinco por cento), obedecidas as disposições da Lei Federal 7.348/85, no tocante à classificação de impostos, sobre os quais incidem o índice autorizado.*

**IV.**

*na previsão das despesas com a manutenção da Saúde Pública, poderá ser estipulado um valor que, de forma abrangente, suporte o atendimento e a operacionalização do setor de saúde;*

## **V.**

*no decorrer da execução orçamentária, o montante correspondente às dotações de Poder legislativo será repassado em duodécimos, até o dia vinte de cada mês.*

### **Art. 17.**

*A inclusão de operações de Créditos nos Orçamentos Anuais, somente será consignada até o valor autorizado em legislação específica ou em percentual, inclusive das despesas autorizadas por Lei, conforme preceitua a Legislação Federal pertinente.*

### **Parágrafo único. .**

*No decorrer do exercício, nos termos do artigo 7º. § 1º, desta Lei, poderão ser incorporados à receita operações de Crédito devidamente autorizadas, exclusive do valor previsto, bem como as aplicações respectivas, respeitando o inciso III, do artigo 167, da Constituição Federal vigente.*

## **Seção III.**

### **DAS REVISÕES TRIBUTÁRIAS**

### **Art. 18.**

*O poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:*

#### **I.**

*à revisão da legislação e cadastramento imobiliário, para efeitos de regulamentação, lançamento e arrecadação do IPTU;*

#### **II.**

*ao recadastramento dos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;*

**III.**

*à reestruturação no sistema da avaliação imobiliária, para cobrança do ITBI adequando-o à realidade e valores de mercado;*

**IV.**

*ao controle da Circulação de Mercadorias e Serviços produzidos e comercializados no Município, para efeitos de crescimento do índice de participação no ICMS;*

**V.**

*às amostragens populacionais periódicas, visando a obtenção de ganhos maiores nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, distribuídos em função de receitada da União, do Imposto Sobre Produtos Industrializados;*

**VI.**

*a recuperação dos investimentos, através da cobrança da Contribuição de Melhoria previstas em Leis;*

**VII.**

*a cobrança através das Tarifas decorrentes de Serviços Públicos ou do Exercício do Poder de Polícia, com seus custos atualizados de acordo com o dimensionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústria em geral, localizados no território do município;*

**VIII.**

*modernização da Administração Pública Municipal, através da informatização dos serviços, redução de despesas de custeio, racionalização de gastos e implementações da estrutura operacional para o atendimento adequado das aspirações da coletividade.*

### **Capítulo III.**

#### **DAS DIRETRIZES ESPECIFICAS**

#### **O ORÇAMENTO DAS ADMINISTRAÇÕES INDIRETAS**

##### **Art. 19.**

*Os Orçamentos das Administrações Indiretas e dos Fundos, constarão das Leis Orçamentárias Anuais, em valores e dotações globais, não lhes prejudicando a autonomia da gestão legal de seus recursos, cujos desdobramentos, alterações e suplementações, serão aprovados pôr ato do Poder Executivo, durante o exercício de sua vigência.*

### **Capítulo IV.**

#### **DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA**

##### **Art. 20.**

*Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará, contentemente, a programação do Orçamento Fiscal, as discriminações dos despesas far-se-ão por categorias de programações, indicando-se pelo menos, para cada uma, no seu menor nível:*

##### **I.**

*O Orçamento Anual do exercício a que pertence;*

##### **II.**

*a natureza das despesas, obedecendo as seguintes classificações:*

*Despesas correntes:*

##### **1.**

*manutenção do Poder Legislativo, conforme proposta orçamentária enviada por sua Mesa Diretora e inclusa no Orçamento Geral para Poder Legislativo;*

##### **2.**

*Pessoal e Encargos Sociais;*

**3.**

*Material de Consumo;*

**4.** *Serviços de Terceiros e Encargos;*

**5.**

*Juros e Encargos da Dívida;*

**6.**

*Outras Despesas Correntes;*

*Despesas de Capital:*

**1.** *Investimentos;*

**2.**

*Inversões Financeiras;*

**3.**

*Amortizações das Dívidas;*

**4.**

*Outras Despesas de Capital;*

*Reserva de Contingência:*

*Reserva de Contingência - 9999,99,99*

**1°.**

*A classificação a que se refere o inicio II, do " Caput" deste artigo, corresponderá aos agrupamentos dos elementos de natureza da despesa, conforme a estrutura organizacional do Município, definida da Lei Orçamentária Anual.*

**2°.**

*As despesas e receitas do Orçamento Anual serão apresentados de forma sintética e agregada, evidenciando o déficit ou superávit corrente, e o total geral do Orçamento.*

**3°.**

*A Lei Orçamentária Anual, incluirá, dentre outros, os demonstrativos: das receitas do orçamento Anual, obedecendo ao previsto no art. 2º, § 1º da Lei 4.320 de 17 de março de 1.964; da natureza da despesa, para cada órgão; dos recursos necessários a amparar o desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no artigo 212, da Constituição Federal vigente*

**4°.**

*Além do disposto no " Caput " deste artigo, o resumo geral das despesas, do Orçamento Anual, será apresentado na forma do Anexo 2, da Lei n.º 4.320/64 ou na forma determinada pela Legislação Complementar Federal superveniente.*

**5°.**

*As categorias de programações serão identificadas segundo os órgãos e unidades orçamentárias, por programa de trabalho, consolidando as funções, programas e sub - programas, por projetos e atividades, conforme o vínculo de recursos, e finalmente por órgãos e funções, tudo em estrita observância às disposições da Lei n.º 4.320/64 e seus anexos, no couber.*

**6°.**

*As propostas de modificações ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, bem como os projetos de Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166, da Constituição Federal, necessariamente serão apresentadas com a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas na Legislação Complementar Federal, no que couber, sob pena de invalidade da proposição..*

## **Art. 21.**

*O projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado com forma e com o detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se, no que couber, as demais disposições estatuídas pela Legislação Complementar Federal e em especial as normas contidas na Lei n.º 4.320/64, bem como o disposto no art. 63 da Lei complementar Federal n.º 101/2000.*

## **Art. 22.**

*A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara municipal deverá explicitar, sinteticamente, a situação econômico - financeira do Município, dívida fundada, dívida flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar, outros compromissos financeiros, justificar a receita e despesas, particularmente no tocante de capital;*

## **Art. 23.**

*O órgão central de finanças, encarregado do planejamento orçamentário, comandará as alterações orçamentárias, observadas as reduções, contenções e não aplicações de despesas em determinadas unidades, em favor das demais unidades orçamentárias, objetivando a aplicação em áreas prioritárias de maior concentração de necessidade de serviços públicos.*

## **Art. 24.**

*A abertura de Créditos Adicionais indicará, obrigatoriamente, as fontes de recursos suficientes para a abertura respectiva, mediante autorização do legislativo.*

***Art. 25.***

*As prestações de contas anuais do Município incluirão relatórios de execução sintetizadas, com a forma e detalhes apresentados na Lei Orçamentária Anual, nas Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso Sul e legislação complementar pertinente, em especial no art. 51 § 1º, Inciso - I, até 30 de abril de 2001, tanto à União como ao Estado.*

***Capítulo V.******DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS******Art. 26.***

*Não apresentado pelo Poder Executivo o Projeto de Lei Orçamentária Anual, ou rejeitado este pelo Poder Legislativo, fica automaticamente aprovado para viger no exercício seguinte, o Orçamento do exercício em curso, consolidado no mês de dezembro, com suas alterações orçamentárias.*

***Parágrafo único. .***

*Até o dia 15 de janeiro do ano subsequente à aprovação legislativa e sua promulgação, o município encaminhará ao Tribunal de Contas/MS, cópia da Lei Orçamentária e seus anexos, acompanhada da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual de Investimentos.*

***Art. 27.***

*O Plano Plurianual de Investimentos, objetivando as metas da Administração Pública Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada, especialmente até o exercício de 2001, encontra-se aprovado pela legislação municipal pertinente em vigor Lei Municipal n.º 394/97.*

## **Art. 28.**

*O Poder Executivo, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará, por unidade orçamentária de cada órgão, fundo e entidades que integram o orçamento e que trata esta Lei, os quadros de detalhamento das despesas, especificando para cada categoria de programação, no seu menor nível, os elementos de despesas e os respectivos desdobramentos, com exceção das verbas destinadas ao Poder Legislativo Federal aplicável.*

## **Art. 29.**

*Até 31 de janeiro de cada ano, observadas as prioridades da política governamental, serão divulgados os valores orçamentários para cada órgão, a nível de menor categoria de programação possível, facultadas as distribuições em cotas trimestrais e por trimestre, sucessivamente e, se for o caso, levando-se em consideração as entradas de recursos e as aplicações em concordância com as programações das despesas e com as contenções respectivas nos 1º, 2º, 3º e 4º trimestres em função dos efeitos infracionários na receita e as tendências de arrecadações temporárias de determinados tributos.*

## **Art. 30.**

*O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhando ao Poder Legislativo, pelo Prefeito Municipal até o dia 30 de outubro do corrente ano, observadas, no entanto as disposições estabelecidas pela legislação complementar federal.*

## **Art. 31.**

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 346/2000, de 03 de julho de 2000, e observadas as normas federais complementares.*

## **ANEXO ÚNICO**

### **01 - PROCESSO LEGISLATIVO**

- 01.1 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, objetivando a melhoria das condições de trabalho;
- 01.2 Construção de prédio para Câmara Municipal;
- 01.3 Aquisição de veículo utilitário.

### **07 - ADMINISTRAÇÃO**

- 07.1 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes, objetivando a melhoria das condições de trabalho;
- 07.2 Informatização dos serviços administrativos, proporcionando a melhoria e maior rapidez, confiabilidade e rendimento;
- 07.3 Aquisição de veículos para transporte individual para possibilitar deslocamento rápido quando necessários a atuação administrativa;
- 07.4 Elaboração do plano diretor com o fito de disciplinar o uso e a ocupação do solo e ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, em conformidade com o estatuído pelo artigo 182 da Constituição Federal;
- 07.5 Construção de prédio da Prefeitura Municipal;
- 07.6 Amortização da dívida previdenciária;
- 07.7 Implantação da sede da associação dos funcionários públicos.

### **13 - AGRICULTURA E PECUÁRIA**

- 13.1 Instalação da patrulha agrícola a fim de proporcionar aos produtores rurais o acesso as técnicas modernas de uso e manejo do solo;
- 13.2 Incentivo a irrigação artificial para otimizar a produção agrícola e, principalmente estabelecer um cinturão verde;
- 13.3 Programa de diversificação agrícola com o intuito de possibilitar maiores e melhores opções para o cultivo da terra e melhoria do rendimento de produção;
- 13.4 Programa de defesa sanitária, através do sistema municipal de inspeção de alimentos de origem animal;

- 13.5] Implantação do projeto de micro-bacias;
- 13.6] Preservação e reposição das matas ciliares;
- 13.7] Implantação de viveiros de mudas de essências nativas e ornamentais;
- 13.8] Proteção das nascentes dos rios do Município;
- 13.9] Construção da unidade de recepção de embalagens tóxicas;
- 13.10] Incremento na produção de hortifrutigranjeiros;
- 13.11] Diversificação de culturas;
- 13.12] Implantação de um pomar para auxílio na merenda escolar e fornecimento de mudas frutíferas aos produtores rurais;
- 13.13] Incentivo fiscal para instalação de agroindústrias.

## **16] ABASTECIMENTO**

- 16.1] Incentivo a formação de cooperativas de produtores;
- 16.2] Criação do sistema de distribuição de produtos agropecuários no Município;
- 16.3] Criação do sistema de inspeção, padronização e classificação de produtos agropecuários.

## **17] PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS**

- 17.1] Proteção a flora e a fauna;
- 17.2] Reflorestamento;
- 17.3] Conservação do solo.

## **30 - SEGURANÇA**

- 30.1 - Instituição da guarda municipal para proteger o patrimônio público e realizar o patrulhamento noturno;

## **41] EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE ZERO A SEIS ANOS**

- 41.1 - Otimização das creches e pré-escolas municipais, dotando-as de móveis e equipamentos necessários a fim de ampliar o atendimento da criança proporcionando-lhe educação integral desde o seu ingresso na

*escola maternal;*

#### **42·ENSINO FUNDAMENTAL**

42.1·*construção de salas de aula para dar condições de ensino a clientela em idade escolar;*

42.2·*Transporte de alunos do 1º grau - aquisição e manutenção de ônibus ou fretamento de veículos menores para transportar para a zona urbana crianças em idade escolar residentes em bairros rurais desprovidos de escolas;*

42.3·*Assistência aos educandos, na ampliação das áreas médico-odontológica, alimentar, social, fornecendo-lhe medicamentos, vestuários, material didático, aparelhos de apoio, etc...*

42.4·*Construção de quadras polivalentes para possibilitar a prática de esporte e de recreação aos alunos;*

42.5·*Construção de escolas nos Bairros Esperança e São Pedro;*

42.6·*Ampliação dos prédios das escolas já existentes;*

42.7·*Construção da república para professores e estudantes da zona rural;*

42.8·*Aquisição de veículo exclusivo para a Secretaria de Educação;*

42.9·*Equipar escolas rurais, urbanas e Secretaria de Educação com materiais permanentes.*

#### **43·ENSINO MÉDIO**

43.1·*Transporte de alunos do 2º grau residentes na zona rural do Município;*

43.2·*Aquisição de livros para melhoria do acervo bibliográfico.*

#### **44·ENSINO SUPERIOR**

44.1·*Ajuda de custo de transporte aos alunos que frequentam cursos universitários ou profissionalizantes;*

44.2·*Concessão de bolsas de estudos aos alunos comprovadamente carentes;*

44.3] Residência a educandos;

44.4] Material de apoio pedagógico;

44.5] Construção de imóveis para instalação de cursos de ensino superior.

## **45] ENSINO SUPLETIVO**

45.1] Erradicação do analfabetismo;

45.2] Instalação de cursos profissionalizantes para possibilitar a formação de mão-de-obra para as mais diversas atividades desenvolvidas no Município;

## **46] EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO**

46.1] Construção de parques recreativos para oferecer a população condições da prática do esporte;

46.2] Construção de ginásio de esportes;

46.3] Conclusão do poli-esportivo;

## **48] CULTURA**

48.1] Promoção de estudos sobre o patrimônio histórico, artísticos e cultural do Município;

48.2] Ampliação da banda municipal;

48.3] Construção de espaço cultural.

## **49] EDUCAÇÃO ESPECIAL**

49.1] Assistência aos educandos - dar aos alunos excepcionais assistência médica-odontológica, alimentar, social, fornecendo-lhe medicamentos, vestuários, aparelhos, material didático, etc...

49.2] Possibilitar a ampliação do atendimento da escola da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

## **51 - ENERGIA ELÉTRICA**

51.1] Extensão da rede de energia elétrica para atender prédios localizados na zona urbana da sede;

51.2 Eletrificação rural;

51.3 Melhoria da iluminação pública.

## **57 - HABITAÇÃO**

57.1 Construção de casas populares para diminuir o déficit residencial e possibilitar o acesso a casa própria;

57.2 Regularização de loteamentos clandestinos para dar oportunidade de que pequenos possuidores de lotes urbanos regularizem a propriedade.

## **58 - URBANISMO**

58.1 Pavimentação urbana para melhorar as condições de tráfego e ampliação da área urbanizada da cidade;

58.2 Combate à erosão;

58.3 Recapeamento asfáltico das vias urbanas para melhor conservação das ruas e logradouros públicos;

58.4 Realização de um plano de paisagismo;

58.5 Construção de passarelas;

58.6 Implantação de um cinturão verde, envolvendo o perímetro urbano deste Município.

## **59 - SERVIÇO DE UTILIDADE PÚBLICA**

59.1 Aquisição de veículos para ampliar a área de coleta do lixo domiciliar, com prioridade a coleta seletiva;

59.2 Construção de espaço para velório.

## **62 - INDÚSTRIA**

62.1 Iniciar a efetiva implantação de indústrias no Município, com a urbanização da área destinada a esse fim;

62.2 Criar a encubadeira industrial para possibilitar o incremento da pequena e média indústria no Município;

62.3 Dar incentivo fiscal a implantação de indústria e comércio.

## **SAÚDE**

- 72.1] Ampliação do centro de saúde para centralizar as ações administrativas na área;
- 72.2] Construção de unidades básicas de saúde para descentralização do atendimento médico-odontológico;
- 72.3] Aquisição de ambulâncias para possibilitar o atendimento emergencial;
- 72.4] Incentivo as ações de saúde mental e de combate ao álcool e as drogas;
- 72.5] Aquisição de ambulatório médico-dentário móvel.

## **76 - SANEAMENTO**

- 76.1] Ampliação da rede de água para atender maior número possível de prédios;
- 76.2] Ampliação da rede coletora de esgoto domiciliar;
- 76.3] Construção de galerias pluviais para combater a degradação do solo urbano;
- 76.4] Construção de lagoa ou sistema similar de tratamento de esgoto para evitar a poluição dos mananciais com o derrame de esgoto direto nos córregos;
- 76.5] Construção de aterros sanitários para que o lixo não contamine mananciais;
- 76.6] Combate a focos de insetos.

## **81]ASSISTÊNCIA**

- 81.1] Construção de creches;
- 81.2] Assistência ao menor;
- 81.3] Assistência a velhice;
- 81.4] Assistência comunitária;

## **82]PREVIDÊNCIA**

- 82.1] Reorganização do Fundo Municipal de Previdência, dando-lhe

*estrutura administrativa compatível;*

*82.2] Previdência social a segurados do F.M.P.S..*

## **87 - TRANSPORTE AÉREO**

*87.1 - Construção de aeroporto municipal. 88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO*

*88.1] Conservação da malha rural. Com o alargamento das estradas, construção de pontes, galerias e aterros, e perenização das estradas;*

*88.2] Aquisição de equipamentos rodoviários para renovação e ampliação da frota municipal;*

*88.3] Construções de estradas vicinais;*

*88.4] Construção de novo prédio para a rodoviária.*

## **91 - TRANSPORTE URBANO**

*91.1] Abertura e pavimentação de vias urbanas;*

*91.2] Restauração de vias urbanas;*

*91.3] Criação do transporte municipal urbano (circular).*

*CHAPADÃO DO SUL - MS, 18 DE OUTUBRO DE 2000.*

*JOÃO CARLOS KRUGPREFEITO MUNICIPAL*

---

*Lei Ordinária N° 356/2000 - 18 de outubro de 2000*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*